

A qualidade do sistema de ensino superior e o mercado de trabalho

Carlos Vogt & Cesar Ciacco***

Resumo: O trabalho analisa a questão da qualidade do sistema de ensino superior no Brasil, a partir de parâmetros usados para avaliar as universidades. Esses dados em conjunção com as projeções sobre o número de doutores e mestres que serão formados mostram que é impositiva e extremamente necessária a formulação de uma política de apoio institucional ao desenvolvimento acadêmico, cultural, científico e tecnológico das universidades estaduais, municipais e privadas. Esse apoio envolveria a criação de programas de desenvolvimento institucional, criando condições para a fixação do jovem pesquisador independente nessas instituições.

Palavras - chave: Qualidade do sistema de ensino superior; mercado de trabalho acadêmico; ensino superior.

Abstract: This paper analyses the question of quality in higher education in Brazil as determined by the parameters used to evaluate the universities. These data together with estimates of the number of doctors and masters who will complete their degrees in the near future, demonstrate the absolute necessity to formulate a policy of institutional support for academic, cultural, scientific and technological development of the state, municipal and private universities. This support would involve the implantation of institutional development programmes allowing for independent young researchers to be inserted into the system.

Key words: Higher education quality system, academic work opportunities, higher education.

A proposta do Ministério da Educação de realizar uma avaliação das entidades de ensino através de uma prova para os formandos foi desde o início criticada e, posteriormente, quando da sua realização, boicotada por algumas entidades estudantis e parcela dos alunos das instituições públicas.

A despeito das críticas que possam existir, o Provão, como foi denominada essa avaliação, teve méritos. Além de adicionar mais um indicador na ava-

liação do sistema de ensino superior, também provocou o debate sobre a formação profissional de terceiro grau, um dos componentes estratégicos do desenvolvimento social e econômico.

A dicotomia que se estabeleceu entre ensino público e ensino privado, contrapondo a eficácia de um, ou a capacidade de formar profissionais plenamente qualificados para atender as demandas do mercado de trabalho, com a eficiência de outro, traduzida como uma menor relação, custo/aluno, tem ofuscado uma discussão mais séria sobre a questão da qualidade do ensino superior no Brasil.

A discussão sobre os resultados do Provão, divulgados pela imprensa, que constata deficiências na formação dos estudantes originários, principalmente, de instituições privadas, deve ser desamarrada das questões corporativas que se alicerçam no vácuo retórico do confronto da eficiência versus eficácia, como se esses fossem atributos independentes na formação profissional de qualidade.

*Cesar Ciacco, Professor Titular da Faculdade de Engenharia de Alimentos/UNICAMP, ex-Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, atualmente é Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade da UNICAMP.

**Carlos Vogt, poeta e linguísta, foi Reitor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) de abril de 1990 a abril de 1994. Atualmente é Diretor Executivo do Instituto Universidade-Empresa (UNIEMP), com sede em São Paulo, e coordenador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR).

É evidente que o aumento do número de vagas no ensino superior pela expansão de instituições de ensino privado aumentou consideravelmente a eficiência do sistema. Atualmente, de um milhão e seiscentos mil estudantes matriculados em cursos de nível superior, 58,4% estão em entidades privadas.

Alguns dados, por outro lado, apontam para as possíveis causas da baixa eficácia do sistema. Dados do Departamento de Estatística Educacional/MEC, de 1994, mostram que existe uma discrepância muito grande entre as entidades públicas e as privadas em relação ao tempo de dedicação dos professores. Enquanto nas primeiras, um pouco mais de 70% são contratados em tempo integral, nas entidades de ensino privado este tipo de contrato abrange apenas 14%.

No mundo moderno onde novos conhecimentos são gerados com uma rapidez nunca antes vista e o acesso à informação científica está cada vez mais próximo da população, a formação profissional depende cada vez mais da interação sistemática entre professor e aluno. A existência de atividades extra-classe e a disponibilidade do professor para orientação são componentes necessários na formação profissional com qualidade.

Desnecessário seria dizer da importância da capacitação dos docentes na formação do estudante. A este respeito também são eloquentes as discrepâncias existentes entre o ensino público e o privado. A grande maioria dos doutores (79%) e dos mestres (63,4%) está vinculada às instituições públicas. Esses dados devem, entretanto, ser analisados com certo cuidado, pois a distribuição de doutores nas instituições públicas não é homogênea. Em algumas, o número de doutores ainda é muito pequeno. De maneira geral, cerca de 22,4% do total do quadro docente das instituições públicas têm o título de doutor.

Existem outros parâmetros para se avaliar a qualidade das instituições de ensino superior. Algumas metodologias para essa avaliação já foram desenvolvidas e estão sendo aplicadas em várias instituições, a principal delas consubstanciada no PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), programa esse que contou muito com a experiência da avaliação institucional realizada na UNICAMP no quadriênio 1990-1994.

Independentemente da polêmica que a utilização de um ou outro parâmetro ou metodologia para a avaliação do ensino superior possa suscitar, existem suficientes evidências de que, como um todo, o sis-

tema precisa melhorar. É a qualificação do sistema que possibilitará a formação de recursos humanos aptos a gerar novos conhecimentos, com capacidade de transmiti-los, tendo a ciência e a tecnologia como base do desenvolvimento.

Nesse sentido, as instituições de ensino privado, pela significativa participação no oferecimento de

vagas no ensino superior, devem ser consideradas sob o prisma de sua função social, cabendo ao Estado tanto o papel de regulador da atividade, quanto o de agente que possibilitará o seu

No mundo moderno a formação profissional depende cada vez mais da interação sistemática entre professor e aluno.

desenvolvimento.

Como regulador, o Estado deve não apenas estabelecer de forma burocrática os padrões mínimos e necessários para a criação de cursos superiores, mas também instituir mecanismos para implantação do processo sistemático de avaliação, com referenciais bem definidos, permitindo o cumprimento das normas estabelecidas, sem ingerências econômicas ou políticas.

A evolução qualitativa do sistema, por outro lado, passa necessariamente por programas que permitam a inserção de profissionais academicamente qualificados em todo o ensino superior.

A esse respeito projeções feitas por Luiz Bevilacqua, Ruben H. Gutierrez e Helena Bevilacqua, sobre o número de doutores e mestres para os próximos 5 anos indicam um aumento de 80% no número de doutores e de mais que 100% no de mestres. De acordo com essas estimativas o total de doutores e de mestres seria de 37.956 e 82.131, respectivamente. Embora esses números ainda sejam pequenos quando comparados com os de nações desenvolvidas, a inserção desses especialistas no mercado de trabalho deverá ser problemática. Contribui para isso a baixa demanda do setor produtivo por doutores e mestres e as restrições de contratação do sistema de ensino superior público.

Tendo como base relatórios da ANPEI, esses pesquisadores analisaram a demanda do setor industrial por pessoal qualificado para as atividades de P & D. A média dos funcionários de nível superior em atividades de P & D era constituída de 3,4% de doutores, 12,4% de mestres e 84,7% de bacharéis. Esses dados em conjunção com o ainda pequeno investimento em P & D pelo setor produtivo indicam que a demanda por pessoal qualificado para o desenvolvimento científico e tecnológico por esse setor ainda deverá ser pequena, a curto e médio prazo.

Cumpra aqui observar a oportuna iniciativa do CNPq, estabelecendo programa de incentivo à alocação de recém-doutores nas empresas, programa esse iniciado em convênio com a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG).

Contudo, esse programa do CNPq, bem como esse outro que visa a amparar o recém-doutor com uma bolsa que lhe permita dar início à sua vida de pesquisador independente, se por um lado devem ser louvados por social e institucionalmente importantes, de outro mostram, paradoxalmente, a dura realidade do processo de formação e qualificação profissional em nível superior no Brasil.

O número de doutores e pós-doutores, hoje, prestes a serem lançados no mercado de trabalho gira em torno de 5.000. Pouco, como dissemos, se comparado com o que se passa nos países desenvolvidos; muito, entretanto, para um mercado, como o Brasil que tem afirmado continuamente a necessidade de sua modernização mas que não tem estrutura de mercado capaz de absorver as competências em que as políticas públicas investiram e tem investi-

do de maneira significativa, considerado, como referência o quadro dos demais países latino-americanos.

De fato, há nas universidades públicas brasileiras uma média de apenas 22,4% de doutores, com um desequilíbrio distribucional enorme. Há instituições no sul e sudeste com mais de 80% de doutores, enquanto que em outras regiões o percentual é muito pequeno.

Dura realidade: numa só e mesma equação coexistem carência e dificuldade de inserção no mercado de trabalho para pessoal qualificado para as atividades de P & D.

Dura realidade também e situação mais grave ainda se se considerar o círculo vicioso no qual está enredado o sistema educacional como um todo: as universidades públicas formam anualmente no máximo 15%, se tanto, de profissionais que se destinam ao ensino secundário. Desse percentual, a grande maioria que abraça a profissão de professor vai para as escolas secundárias privadas, sendo que o ensino público de 2º grau fica catastroficamente atirado nas mãos de professores formados em escolas superiores que em geral não têm nenhuma condição para a formação qualificada de profissionais do setor.

Dura realidade: temos consciência nacional da importância da educação, em todos os níveis, para

alavancar o país a situações de estabilidades mais permanentes; sabemos que não se pode mais prescindir da qualificação profissional adequada e da formação integral do jovem para podermos não só competir, economicamente, mas sobretudo sermos estáveis sociais e politicamente e, assim, termos condições culturais de destaque para o amadurecimento institucional de nossas relações; olhamos para os cenários internacionais e temos hoje convicção quanto àqueles que queremos desenhar para nós mesmos; temos feito esforço e medidas vêm sendo tomadas pelo governo no sentido de possibilitar as mudanças positivas de que necessitamos; é preciso, contudo, acelerar este processo de transformação que nos permita, mais do que por um jogo de palavras, sairmos do ciclo vicioso da má formação de nossos jovens e entrarmos definitivamente no círculo virtuoso do processo institucional que atenderá às necessidades con-

temporâneas da nação e aos anseios humanistas e pragmáticos da qualidade de vida do nosso cotidiano.

É claro que a questão salarial dos profissionais de ensino e pes-

quisa é um dos aspectos chave no cenário que descrevemos. Ele vem acompanhado de uma série de outros aspectos que não só o enfatizam como também constituem muitas vezes o seu fundamento estrutural. A questão do mercado de trabalho é um desses aspectos.

E para ficar apenas no âmbito do ensino superior, ponto focal deste artigo, é oportuno que se diga que o paradoxo carência/dificuldade de inserção, a que acima aludimos faz com que o país tenha profissionais disponíveis para o mercado, por dificuldade estrutural de inserção e ao mesmo tempo tenha carência desses profissionais, já que o número que deles se forma anualmente é bem menor do que em teoria é requerido pelas ambições de modernização do país como um todo.

O Ministério da Educação, através da CAPES, e o Ministério da Ciência e Tecnologia, através do CNPq, têm se mostrado atentos a este problema. Pensamos, contudo, que seria de extrema felicidade, neste momento, ampliarmos o mercado de trabalho para esses profissionais, qualificando-o no que diz respeito ao sistema de ensino superior, em particular naquilo em que ele é constituído por instituições públicas estaduais e ou municipais e por instituições privadas.

**Numa só e mesma equação coexistem
carência e dificuldade de inserção no
mercado de trabalho para pessoal
qualificado para as atividades de P & D.**

O jovem doutor tende, em geral, a permanecer no lugar que lhe oferece melhores oportunidades para desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa. O mercado que lhe oferecem as empresas é ainda muito pequeno e precisa ser ampliado. Por isso é louvável a iniciativa do CNPq no convênio firmado com a FIEMG.

As universidades públicas estaduais, com exceção de algumas poucas, entre elas as paulistas – mas já com sérios problemas de política salarial –, as universidades municipais e as privadas, em geral, não oferecem condições adequadas de trabalho que possam atrair e nelas fixar o jovem pesquisador independente. Faltam laboratórios, bibliotecas, condições de sociabilidade intelectual, enfim aqueles elementos imprescindíveis para o desenvolvimento científico e cultural de qualquer pesquisador. É claro que nenhuma instituição de fomento está fechada à solicitação de apoio a projetos dessas instituições. Contudo – e eis aí novamente o círculo vicioso –, por não terem quadro de pessoal qualificado, não terem uma política de formação acadêmica clara e implantada, não terem a infra-estrutura adequada para o desenvolvimento do projeto, e, no mais das vezes, não terem nem mesmo condições de formularem o próprio projeto, a inclusão possível transforma-se em exclusão imperativa.

Nesse sentido, a formulação de uma política de apoio institucional ao desenvolvimento acadêmico, cultural, científico e tecnológico dessas instituições, com exigências de contrapartida das mesmas para garantir o processo de qualificação que se pretende é impositiva e extremamente necessária. Algo assim que em linhas gerais levasse o jovem doutor a fixar-se nessas instituições, a constituir grupos de pesquisa sob a orientação de professores mais experientes e que ao mesmo tempo motivasse as instituições para atrair esses jovens doutores.

As instituições de fomento criariam um programa de desenvolvimento institucional, destinariam recursos para estes programas, as universidades apresentariam projetos que seriam analisados nos seus aspectos formais e substantivos. O programa visaria ao atendimento das condições de infra-estrutura adequada para o bom funcionamento do grupo nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e a instituição se comprometeria a manter os profissionais por, no mínimo, o dobro de tempo do financiamento recebido, com política salarial adequada e competitiva.

Não é a única coisa a ser feita. Mas fazê-la já é começar por um ponto estratégico na política de qualificação do ensino e da pesquisa que o governo vem adotando.